

COM A CIÊNCIA DOS HOMENS: por uma reflexividade da masculinidade nas práticas políticas do fazer acadêmico

Rafael Cesar da Costa Corrêa (UEA/BRASIL)¹⁴⁸

<https://orcid.org/0009-0001-4776-3887>

RESUMO

Este artigo investiga a relação entre masculinidade e práticas políticas no fazer acadêmico, questionando como epistemologias dominantes moldam a produção e validação do conhecimento. A análise aborda a violência simbólica presente na academia e como corpos masculinos, socializados em estruturas patriarcais, reforçam hierarquias simbólicas. Por meio de relatos autoetnográficos, o autor examina a influência da subjetividade no ensino e na pesquisa, propondo uma reflexividade radical para reduzir práticas violentas e reconfigurar o ambiente acadêmico. O texto defende que uma educação transformadora requer vigilância crítica e comprometimento com mudanças estruturais, especialmente, por parte de corpos privilegiados que ocupam espaços de poder.

Palavras-chave: masculinidade; epistemologia; violência simbólica; reflexividade; práticas acadêmicas.

WITH SCIENCE AND AWARENESS OF MEN: towards a reflexivity of masculinity in the political practices of academic work

ABSTRACT

This article examines the relationship between masculinity and political practices in academia, questioning how dominant epistemologies shape the production and validation of knowledge. The analysis explores symbolic

148. Graduado em História pela Universidade Federal do Amazonas. Mestrando pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade do Estado do Amazonas, linha de pesquisa: "Crítica, interpretação e história das formas de arte", professor efetivo da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas - SEDUC e Artista-pesquisador do Instituto de pesquisa Tabihuni. Bolsista pela FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. rcdcc.mic23@uea.edu.br

violence in academic spaces and how male bodies, socialized within patriarchal structures, reinforce symbolic hierarchies. Through autoethnographic narratives, the author investigates the influence of subjectivity in teaching and research, advocating for radical reflexivity to reduce violent practices and reshape academic environments. The text argues that transformative education demands critical vigilance and a commitment to structural changes, particularly from privileged bodies occupying positions of power.

Keywords: masculinity; epistemology; symbolic violence; reflexivity; academic practices.

INTRODUÇÃO

A epistemologia, enquanto campo que investiga as bases e os limites do conhecimento, desempenha um papel central na reflexão sobre o fazer acadêmico, uma vez que “toda epistemologia é, por definição, um exame crítico da atividade científica.” (Elia, 2023, p.39). No contexto deste artigo, que explora a relação entre masculinidade e práticas políticas na academia, a epistemologia serve para analisar a suposta neutralidade do conhecimento científico. Embora o método científico busque rigor e objetividade, ele está intrinsecamente ligado às construções sociais e culturais, como a masculinidade, que influenciam quem produz e valida o conhecimento. Assim, este trabalho propõe uma análise crítica das epistemologias dominantes, questionando como os corpos masculinos, socializados em estruturas de poder patriarcais, podem reforçar ou desafiar as hierarquias simbólicas na academia, ao mesmo tempo em que interroga os limites da reflexividade em um campo de saber historicamente marcado por exclusões e privilégios.

Reconhecer essas possíveis influências subjetivas é fundamental para que possamos pensar uma prática docente alinhada a discursos sobre igualdade social. Ao questionar as epistemologias dominantes e seus impactos nas relações de poder, especialmente no espaço acadêmico, é possível criar estratégias pedagógicas mais sensíveis às questões de gênero, raça e classe, promovendo uma educação que, de fato, contribua para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Como explicitado por Bárbara Carine Soares Pinheiro:

O Brasil é um país estruturalmente racista, e nesse cenário não há como fugir do racismo na escola. Como já dialogamos aqui, a escola é um complexo social gestado no interior de uma sociedade, que carrega as marcas estruturais dela. Isso não significa que, como a escola reproduz racismo, não há nada a ser feito. Muito pelo contrário. Sendo a escola um espaço de reprodução dessas estruturas de opressão, precisamos

pensar em mecanismos de superação dessas mazelas também, principalmente por meio da educação formal. (Pinheiro, 2023, p. 23).

O CONHECIMENTO CIENTÍFICO

O método científico é o mecanismo que garante a confiabilidade do discurso produzido pela ciência. E, ao evocar o conceito “ciência”, temos o entendimento generalizante de um tipo de conhecimento que pode ser feito, fabricado, produzido em qualquer lugar do mundo, indiscriminadamente, desde que submetido às regras estabelecidas, ou seja, via o chamado “método científico”. O método científico data do século XVII, com suas bases advindas das reflexões contidas em um livro de 1637, a saber, *Discurso do Método*, de René Descartes¹⁴⁹. No entanto, esse conceito traz em si a historicidade do pensamento racionalista, filosofia europeia que condiz com um determinado processo histórico, mas que tomou, ao longo do tempo, o *status* de absoluto, visto que o método citado é eficiente, senão perfeito, o mais próximo disso já criado pela cultura humana.

O pensamento advindo do racionalismo é, incontestavelmente, importante para a região em que foi produzido, durante o processo de luta contra a opressão política que se pautava em preceitos religiosos, dando uma alternativa ao pensamento mágico através de um pensamento pautado na Razão e, assim, acabou sendo fundamental para avanços tecnológicos que caracterizam as sociedades do presente, do tempo atual. Tais avanços, muitas vezes, trouxeram novas formas de opressão ou de troca de opressores e não necessariamente da condição dos oprimidos, como foi o caso com o darwinismo social. Certamente, destacar essa questão não é eliminar o potencial de utilidades benéficas que a ciência pode fornecer, utilizando aqui a expressão idiomática também europeia, bastante difundida no senso comum: *Don't throw the baby out with the bathwater*¹⁵⁰.

Se por um lado o conceito de *ciência* traz uma ideia subjacente de um sentido universal, por outro, as suas bases são bem delimitadas no espaço e no tempo e, logo, condicionadas a diversos fatores socioculturais. Cabe lembrar a observação de que

[...] não se pode fazer uma ciência das classificações sem se fazer uma ciência da luta dessas classificações e sem se tornar em linha de conta a posição que, nesta luta pelo poder de conhecimento, pelo poder pelo meio do conhecimento, **pelo monopólio da violência simbólica legítima**, ocupa cada um dos agentes ou grupos de agentes que nela se acham envolvidos (Bourdieu, 1989, p.149, grifos meus).

149, *Cogito, Ergo Sum*

150. Literalmente, “não jogue o bebê fora junto com a água do banho”.

É importante ainda destacar certos elementos que a narrativa da história da ciência contada pelos herdeiros dos “fundadores” acaba não destacando e, dessa forma, a narrativa sempre reforçada, conscientemente ou não, é da superioridade do Racionalismo e, portanto, daqueles que o produziram, no caso, a Europa. Nada, ou muito próximo disso, é destacado quando se contrapõe a essa perspectiva da organização dos acontecimentos históricos. Dito de outra forma, qualquer marco fundacional que escape ao protagonismo ocidental é esquecido, omitido ou possivelmente não recebe o devido valor.

Por exemplo, no século XII, no livro *Hayy ibn Yaqzân*, traduzido por *O filósofo autodidata*, de Ibn Tufayl, descreve o processo do personagem, homônimo ao título original, numa busca pela verdade e pela compreensão da natureza, e nela classifica os seres vivos, seus tipos, criando categorias para diversos tipos de elementos. O autor descreve o processo de um personagem em busca de conhecimentos que desvelem as verdades por trás das questões que lhe aflige. Esse personagem é um humano sem contato com outros da sua espécie e começa uma busca por meio de especulações, observações e investigações. Ao se deparar com a morte, inicia um processo de busca pelo conhecimento:

Era confirmado também pelo grande calor que observava em seu próprio peito, no lugar correspondente àquele em que havia feito uma abertura no corpo da gazela. Pensou então que, talvez, se pegasse um animal vivo, lhe abrisse o coração e examinasse a cavidade que havia encontrado vazia ao abri-la na gazela, iria encontrá-la ainda ocupada nesse animal vivo pela coisa que se alojava nela. Isso lhe permitiria verificar se essa coisa era da mesma substância que o fogo, se possuía ou não luz e calor. Apossou-se de um animal, amarrou-o e abriu-lhe o corpo, como havia feito com a gazela. Tendo chegado ao coração, atirou-se primeiro ao lado esquerdo, abriu-o e viu essa cavidade cheia de um ar vaporoso (Tufayl, 2005, p. 78).

Esse debate antecede, e muito, os filósofos consagrados pelo academicismo ocidental. É no mínimo curioso perceber como em graduações ou ensino básico isso nem seja mencionado ou cogitado. A maneira de se construir a historicidade do uso racional e metódico da lógica para produção de conhecimentos passa por escolhas que acabam por fortalecer a percepção de um prestígio do modo de vida de base ocidental, desconsiderando a descontinuidade e interrupção a outros processos de construção de saber que eram concomitantes ou anteriores ao processo europeu. Interrupção essa que é resultado da disputa política de dominação em que o ocidente conseguiu se espriar. Ibn Tufayl segue descrevendo o caminho da investigação do personagem *Hayy ibn Yaqzân*:

Desejou em seguida explorar todos os membros e órgãos dos animais, estudar-lhes a disposição, as posições, o número, o modo de se combinarem uns com os outros, investigar como

esse vapor quente lhes é fornecido e lhes dá a todos a vida; como esse vapor se conserva durante todo o tempo em que subsiste, por qual meio se conserva, o que acontece para que seu calor não se perca.

Persegui incansavelmente a solução desses problemas praticando vivissecção nos animais e dissecações de cadáveres. Não se cansou de suas investigações e reflexões, até ter obtido em todas essas questões uma ciência igual à dos maiores naturalistas. (Tufayl, 2005, p. 79).

Um acadêmico ocidental buscando amenizar essa supressão, talvez buscando nomeá-la de elipse, poderia alegar que, apesar de um início promissor, esse raciocínio seja pré-científico, já que não formulou o salto qualitativo necessário para ser nomeado como método científico efetivamente, permanecendo, assim, o marco europeu para este. Poderia, por exemplo, citar Bachelard (1996), quando ele afirma que esse ímpeto inicial dado pela experiência não pode ser a baliza, já que é necessário ir além de um espanto ou interesse inicial e conseguir ir mais fundo:

[...] diante do mistério do real, a alma não pode, por decreto, tornar-se ingênua. É impossível anular, de um só golpe, todos os conhecimentos habituais. **Diante do real, aquilo que cremos saber com clareza ofusca o que deveríamos saber.** Quando o espírito se apresenta à cultura científica, nunca é jovem. Aliás, é bem velho, porque tem a idade de seus preconceitos. **Acender à ciência é rejuvenescer espiritualmente,** é aceitar uma brusca mutação que contradiz o passado (Bachelard, 1996, p.18, grifos meus).

E essa é realmente uma preocupação pertinente. Pois é, justamente, a dificuldade que investigações empíricas passam, já que:

Na formação do espírito científico, **o primeiro obstáculo é a experiência primeira**, a experiência colocada antes e acima da crítica – crítica esta que é, necessariamente, elemento integrante do espírito científico. Já que a crítica não pôde intervir de modo explícito, a experiência primeira não constitui, de forma alguma, uma base segura [...] (Bachelard, 1996, p. 24).

Sem dúvidas, tais diferenciações entre o que é um fazer (ou espírito científico) e o que não é, são necessárias, especialmente para uma busca permanente de manutenção e aprimoramento da qualidade do fazer científico. Ainda, importa destacar que todo fazer científico é constituído de seleções, que necessariamente passam por exclusões, e as ciências humanas não fogem a essa dinâmica. Essas seleções precisam ter critérios rígidos e explícitos, que permitam a confiabilidade do que está sendo enunciado. Um excelente exemplo nesse sentido é o trabalho organizado por Heloísa Maria Bertol Domingues

e Alfredo Wagner Berno de Almeida, ao transporem os seminários de Luís Castro Faria para um livro¹⁵¹, destacam esse processo como “Um trabalho de pesquisa exaustivo, apoiado em múltiplos critérios de escolha e exclusão, e bastante complexo dentro de sua brevidade.” (Castro Faria, 2006, p. 10). Os autores deixam sempre muito evidente que “critérios de seleção e escolhas sucessivas caracterizam estas etapas de trabalho” (Castro Faria, 2006, p. 10). E esse é justamente o fazer científico.

A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA, GÊNERO E SUBJETIVIDADE

O nível rígido de critérios é o que dá legitimidade ao discurso científico, inclusive com certa hierarquia sobre qualquer outro. No entanto, a aplicação desse método é sempre pela perspectiva de um ou mais indivíduos e, por mais que se defenda a objetividade do método, ele sempre está interligado a diversas subjetividades¹⁵² em que esses indivíduos estão inseridos. Por isso, é possível utilizar a definição de Bourdieu (1989) sobre o campo jurídico para fazer uma comparação com o campo científico e afirmar que ambos possuem funcionamentos similares:

A constituição do campo jurídico é inseparável da instauração do monopólio dos profissionais sobre a produção e a comercialização desta categoria particular de produtos que são os serviços jurídicos. A competência jurídica é um poder específico que permite que se controle o acesso ao campo jurídico, determinando os conflitos que merecem entrar nele e a forma específica de que se devem revestir para se constituírem em debates propriamente jurídicos. [...] o monopólio do mercado dos serviços jurídicos assegura a cada um dos seus membros depende do grau em que ele pode controlar a produção dos produtores, quer dizer, a formação e, sobretudo, a consagração pela instituição escolar dos agentes juridicamente autorizados a vender serviços jurídicos e, deste modo, a oferta dos serviços jurídicos (Bourdieu, 1989, p. 233).

Onde se lê campo jurídico, poder-se-ia ler facilmente campo científico, e o mesmo vale para jurídico e serviço jurídico. Partindo dessa comparação, é possível explicitar a dinâmica que se quer abordar neste artigo. A ciência

151. CASTRO FARIA, Luis; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *Antropologia: duas ciências: notas para uma história da antropologia no Brasil*. CNPq, 2006.

152. Subjetividade, usado aqui, se pauta na conceituação foucaultiana e, por isso, é importante lembrar que “a luta por uma subjetividade moderna passa por uma resistência às duas formas de sujeição, uma que consiste em nos individualizar de acordo com as exigências do poder, outra que consiste em ligar cada indivíduo a uma identidade sabida e conhecida, bem determinada de uma vez por todas” Deleuze, Gilles. Foucault (1925-1984). São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988, p.113.

tem um método para construir seus objetos e seus resultados, além de ter outro método que assegura a aplicação desse primeiro. Para isso, ela precisa ser efetiva na manifestação simbólica de idoneidade e segurança. Pois assim, “a eficácia simbólica exercida por toda a ação, quando ignorada no que têm de arbitrário, é reconhecida como legítima” (Bourdieu, 1989 p. 225). De tal maneira, a ciência perde o rosto, o corpo, o lugar social e tudo isso é menor que o método científico, porque, supostamente, assegura que as subjetividades fiquem excluídas desse processo. É justamente a relação de gênero nesse fazer científico que se pretende abordar aqui. Ou seja, não perder possíveis elementos constituintes do elemento acadêmico, esquecendo que as pessoas que fazem a ciência possuem um lugar social e que isso pode influenciar no tipo de ciência que se faz, em especial nas humanidades.

Dessa forma, para pensar a ciência da ciência, o método do fazer científico, não seria importante destacar que é possível que nossas arbitrariedades possam, eventualmente, estar a favor da manutenção de um lugar de privilégio? De um privilégio do enunciador? Do nosso privilégio, ainda que de maneira inconsciente?

Partindo desse questionamento, sinto a necessidade de trazer alguns elementos naturalizados pela instituição produtora do saber, do fazer científico: a academia. Por exemplo, no mesmo livro de um rigor exemplar com as fontes e o trabalho do cientista das humanidades, uma passagem me chama atenção: “Como reproduzir no texto as ênfases sem amputá-las, descaracterizando **o jogo de convencimento próprio da imposição e da violência simbólica exercida pela autoridade pedagógica?**” (Castro Faria, 2006, p. 13, grifos meus).

Seria mesmo natural e, portanto, aceitável que exista uma violência simbólica envolvida no fazer pedagógico? Criar uma ciência dentro desse contexto permite realmente resultados isentos de subjetividades dos autores? Se não, que autores estão tornando suas subjetividades cânones do pensamento ocidental? Essa última pergunta é para pensarmos se, por acaso, utilizamos autores que – direta ou indiretamente – reforcem o atual *status quo e modus operandis* das universidades e centros de pesquisas, ao mesmo tempo em que, talvez, possamos estar evitando novas epistemologias que questionem em algum nível a forma consagrada de se organizar o fazer científico.

Antes de percorrer as direções para onde apontam essas perguntas, é importante retomar a noção de violência simbólica, de autoria de Bourdieu: “O que chamo de violência simbólica ou dominação simbólica, isto é, formas de coerção que repousam em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais” (Bourdieu, 2014. p. 282). Ele ainda define como “coerções ‘invisíveis’ que se exercem com a cumplicidade dos que as sofrem”.

É certo que o próprio Bourdieu indica um aspecto de reprodutibilidade inevitável dessas violências, já que estamos inseridos numa estrutura estruturante porque é estruturada. Mas se todos nós, em algum nível, querendo ou não, exercemos violência simbólica, estar atento a isso deve ser uma maneira de diminuir a manifestação dessas, perceber sua “inevitabilidade” deve ser para esvaziá-la tanto quanto possível, ao invés de acabar sendo uma naturalização. Para tal, é necessário estar permanentemente atento. Nesse caso, como excluir esses dois elementos centrais que estão sendo debatidos aqui: 1- a ciência buscando sempre o monopólio sobre determinadas verdades (o que por si só não é algo negativo) e 2- os corpos à frente desse monopólio exercido pela ciência, a saber, corpos masculinos. Esses dados quando cruzados geram uma disputa de interesses de manutenção da ordem, ainda que em níveis de sentenças e enunciados possam apontar noutra direção. Novamente recorrendo a Bourdieu, é preciso lembrar que:

isso quer dizer que **não se pode fazer uma ciência das classificações sem se fazer uma ciência da luta dessas classificações** e sem se tornar em linha de conta a posição que, nesta luta pelo poder de conhecimento, pelo poder do meio do conhecimento, pelo monopólio do da violência legítima, ocupa cada um dos agentes ou grupos de agentes que nela se acham envolvidos, quer se trate de simples particulares, condenados aos acasos da luta simbólica quotidiana, quer se trate de profissionais autorizados (e a tempo inteiro) - **e entre eles todos os que falam e escrevem a respeito das classes sociais e que se distinguem conforme as suas classificações envolvem mais ou menos o Estado**, detentor do monopólio na nomeação oficial, boa classificação, da boa ordem (Bourdieu, 1989, p. 149, grifos meus).

Essa observância é fundamental para não perdermos de horizonte que, apesar da busca por objetividade no fazer científico, como já citado, ele sempre está inserido no espaço e no tempo da historicidade humana. Portanto, aqueles que estão nessa posição de *autoridades pedagógicas*, como citadas anteriormente, no papel de fiscalizador, assegurando que o fazer científico seja feito conforme a tradição ou os requisitos estabelecidos, eles estão sujeitos a diversas subjetividades, em especial, quando são apontados elementos de crítica a esse papel. É compreensível uma resistência que confunda a defesa desse acúmulo de técnicas com o lugar de privilégio que ele causa. Em vista disso, neste artigo, é levantado o ponto sobre esse espaço e tempo em que a ciência surge, para pensarmos em quem a produz e sob quais critérios. Por isso, o tema de violência simbólica ressurge, afinal, a violência facilmente constatável na sociedade, analisada – e criticada – pela ciência, é igualmente

comum nos meios acadêmicos, embora tomem formas mais elaboradas de manifestação. E essa violência tem um praticante recorrente e alvos igualmente recorrentes. Essa posição de poder que propicia violências simbólicas privilegia um determinado corpo. Possui um gênero.

O ambiente acadêmico transparece uma percepção de si como ambiente seguro, como se isento das regras que atravessam o cotidiano fora de seus muros. No entanto, vemos de maneira recorrente ela reproduzir dinâmicas que diz, inclusive, combater¹⁵³. Exemplo são os pareceres do CNPq com um teor misógino¹⁵⁴ explícito. Transformam a gestação e o parto em sinônimos de contraprodução científica, processos ligados ao feminino, já que ainda, majoritariamente, associada às mulheres cis. Mas nunca questionam a que custo se baseia essa produtividade dos homens cis que possuem filhos. Mas esse não é o tema em si, aqui. O tema é o que a academia consegue enxergar tendo os parâmetros subjetivos que têm, ainda que não os perceba ou admita, pois isso influencia no que ela legitima ou no que ela exclui. Assim, conforme aumenta o número de grupos antes excluídos – tanto na condição de corpos presentes nas universidades como, e principalmente, na de sujeitos de suas produções intelectuais, científicas e acadêmicas –, mais os grupos acostumados ao protagonismo se aferram em suas posições, apresentando-se, assim, uma sutil e velada tensão. Nessa disputa epistemológica, há a tensão sobre o limite do fazer científico atual, sem contemplar outras epistemologias, pautado exclusivamente nas bases historicamente consagradas, e que por isso não consegue enxergar nuance justamente na construção dos seus objetos e se defende dizendo que qualquer crítica deve seguir o rigor (e, portanto, a manutenção) do processo já estabelecido. Perceber essa situação não é a busca pela “solução” simples de assumir um lado, é sempre necessário tratar complexamente situações complexas.

[...] Em suma, a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a rigidez, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o rigor, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina [...] Evidentemente, a liberdade extrema que eu prego, e que me parece ser de bom senso, tem como contrapartida uma **extrema vigilância** das condições de

153. As denúncias sobre o professor emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Boaventura de Sousa Santos e a quantidade de denúncias recentes na Universidade Federal do Amazonas demonstram a presença dessa situação na estrutura do funcionamento das academias. Disponível em: https://adua.org.br/controlsites/boletim/img/20190325163840Boletim_n007.pdf Acesso em 20 de out 2024.

154. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/12/27/cnpq-usa-gravidez-como-justificativa-para-reprovar-professora-da-ufabc-em-edital-de-pesquisa.ghtml> Acesso em 12 out. 2024.

utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e às condições do seu emprego. [...] (Bourdieu, 1989, p. 26, grifos meus).

Mas quem garante que a extrema vigilância surta o efeito esperado? É bastante improvável que haja uma resposta absoluta, e nem por isso a conclusão deve ser menos liberdade. Ao contrário, deve-se sempre ter uma defesa radical dessa liberdade. A questão é: os cânones e os consagrados pela hierarquia pedagógica – citada no trabalho sobre Castro? Faria – sempre poderão legitimar a si mesmos como cumpridores desses métodos e, paradoxalmente, alguém que queira apontar incongruências deste grupo deve fazê-lo dentro dos parâmetros e regras julgados por eles¹⁵⁵.

Nesse ponto, mais um elemento dessa complexa rede de interações se manifesta. Nessa economia de trocas simbólicas, diversos grupos a princípio ligados às instituições – portanto, aos agentes protagonistas dos poderes – aderem a análises ditas mais progressistas. Mas isso, por si só, é suficiente para gerar as fissuras e rupturas necessárias? Desse modo, é necessário retomar as questões levantadas até o presente momento neste artigo. Que se concentra na investigação de uma possível insensibilidade advinda dos privilégios, que - de forma consciente ou não - mantém alguns paradigmas científicos como causadores de violências no âmbito da produção do conhecimento e por consequente naqueles que se formam a partir dessas instituições, sendo reprodutores em potencial desse cenário. Esse aspecto de suposta objetividade absoluta que o fazer científico possui pode acabar escamoteando posicionamentos e posturas em que essa violência simbólica não está apenas na “inevitabilidade”; uma vez que essa percepção de que ela está em algum nível inevitável, acaba por estar a serviço da manutenção do *status quo*. Dessa maneira, a aderência a esses discursos ditos progressistas, muitas vezes, parece estar mais voltada para uma performance do que uma prática efetiva para mudanças estruturais. Nesse mercado de trocas simbólicas¹⁵⁶, é possível corpos ligados ao centro do sistema de poder – por exemplo, corpos brancos, masculinos e financeiramente estáveis – assumirem certos jargões, posturas e posicionamentos, pois isso abre espaço nessa disputa pelos espaços de poder, mas não necessariamente estabelece compromisso com a efetividade das

155. Mal comparando, é similar a um jogo de futebol no qual o árbitro torce pelo time adversário e você deve contar com um critério subjetivo de isenção por parte dele. É necessário que se jogue com o máximo de cuidado para não dar margem para que algo possa ser usado contra você, tendo ou não, coerência. Afinal, caso seja usado contra, será um ataque escamoteado de defesa através de subterfúgios bastante elaborados, afinal não há uma instância superior a quem você possa recorrer.

156. Ideia desenvolvida por Bourdieu em livro homônimo.

mudanças. Mais uma vez, é possível lembrar o caso já citado do CNPq ao tratar pesquisadoras mães. Ademais, nem é preciso entrar em diversos casos cotidianos em que as instituições não conseguem dar conta das dinâmicas das especificidades humanas, criando uma regra e um padrão que é violento com uma maioria. Salientar esses fatos não necessariamente quer dizer que as instituições possuem a intenção perversa de manter desigualdades.

Evocando essa complexidade e não desqualificando o esforço da academia por encontrar e desenvolver respostas e soluções para desafios humanos, é necessário trazer o foco para o detalhe, trazer o debate para a nuance; afinal, corpos socializados através do privilégio acabam por não perceber diversas urgências. Dizer isso não quer dizer que corpos como o meu, com algum (ou alguns) tipos de privilégios, devam ser excluídos sumariamente do processo; ao contrário, devem assumir a responsabilidade e se despir das vaidades que geram empecilhos. Para ilustrar mais precisamente o risco que o lugar de privilégio causa até ao fazer acadêmico mais atento, destaco a observação de Bell Hooks sobre a obra *The feminine mystique*, de Betty Friedan, publicada em 1963, considerado um dos trabalhos fundamentais para o feminismo:

Ela tampouco foi além de sua própria experiência de vida para obter uma perspectiva mais ampla sobre a vida das mulheres nos Estados Unidos. Digo isso não para desmerecer o seu trabalho, que continua sendo uma discussão útil acerca do impacto da discriminação sexista sobre um seletivo grupo de mulheres. Examinado a partir de uma perspectiva diferente, ele também pode ser considerado um estudo de caso sobre narcisismo, insensibilidade, sentimentalismo e autoindulgência (Hooks, 2000 p. 195).

Nesse trecho, Hooks (2000) ressalta as incompletudes que as reflexões de Friedan possuem, destaca o inalcançável de sua análise, que, apesar do rigor acadêmico e de ser aceito pelas instituições consagradas, é influenciado pela sua experiência social como indivíduo dentro de uma estrutura a partir de determinados recortes. Essa contribuição de Bell Hooks é fundamental para o apontamento principal da empreitada deste presente artigo. A autora negra tem reflexões extremamente valiosas sobre a condição das mulheres, em especial das negras, e consegue comunicar nuances, especificidades e particularidades que, por si só, o uso rigoroso do método científico não garante. As subjetividades estão implícitas sempre, muitas vezes tornando-se explícitas, mas sempre imbricadas, auxiliando na condução do processo. Nesse entre-espço, nessa pequena fresta, entre a busca pelo rigor e a manifestação das subjetividades, é fundamental resgatar a extrema vigilância bourdieusiana e levar para um novo aspecto, também desenvolvido por ele: a reflexividade.

No livro *O Pacto da Branquitude*, de Cida Bento (2022), é possível se dar conta de como a branquitude percebe sua experiência como universal e universalizante. Os indivíduos socializados através desse sistema facilmente reproduzem essa percepção, ainda que possamos fazer a inferência que o fazem inconscientemente. E para conceituar mais precisamente,

O termo branquitude não se refere às pessoas em suas singularidades, trata-se de uma categoria social que se refere a um lugar de vantagens simbólicas, subjetivas e materiais disponíveis para as pessoas identificadas como brancas em uma sociedade onde o racismo é estrutural. Essa identificação no Brasil é fenotípica, ou seja, se dá pela estética e não pela constituição genética. (Pinheiro, 2023, p.40)

Dito tudo isso, voltemos ao recorte de gênero dentro dessas observações. Se, por um lado, “Na formação do espírito científico, o primeiro obstáculo é a experiência primeira, a experiência colocada antes e acima da crítica – crítica esta que é, necessariamente, elemento integrante do espírito científico” (Bachelard, 1996, p. 24); por outro lado, a experiência primeira que compõe o indivíduo não pode ser descartada como se o fazer científico fosse imune a isso. E, assim, trago minha experiência de homem branco, professor e pretendo pesquisador de humanidades.

REFLEXIVIDADE NA CONSTRUÇÃO DO SABER

As páginas a seguir contêm um compilado de minhas experimentações, autoetnografia¹⁵⁷, através de diálogos e reflexões a partir deles. Elas versam especialmente sobre lecionar e os aspectos políticos que se formam no entorno e, por desdobramento, quem é esse que leciona. Uma vez que diversas questões poderiam ser levantadas, diversos questionamentos se desdobram dessas reflexões. Sendo um homem socializado no patriarcado – que sente diversas vezes que meu único talento e linguagem é a violência – uma das questões centrais é como um corpo como o meu pode ser útil na tarefa que escolheu: lecionar de maneira revolucionária?

Nesse aspecto, a análise da naturalização de violências simbólicas é um tema caro aos meus interesses investigativos, pois a estrutura social já autoriza muitas violências por corpos como o meu. Sendo o meu desejo investigativo a busca por respostas acadêmicas para uma educação transformadora, é central que o papel do professor não seja o de reproduzir e alimentar quaisquer tipos de violência, ainda que de maneira “inconsciente” ou “estrutural”. Nesses poucos meses de retorno à

157. ADAMS, T. E.; JONES, S. H.; ELLIS, C. *Autoethnography*. New York: Oxford University Press, 2015.

vida acadêmica¹⁵⁸, o que mais notei foi a importante observação de Paulo Freire contida no *Pedagogia do Oprimido*, em que elucida que se a educação não for libertadora, o oprimido pode acabar por se tornar opressor, visto que

quase sempre, num primeiro momento deste descobrimento, os oprimidos, em lugar de buscar a libertação, na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou subopressores. A estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se “formam”. O seu ideal é, realmente, ser homens, mas, para eles, ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhes está, clara, é ser opressores. (Freire, 1987, p. 17)

Em meu primeiro semestre de mestrado, eu presenciei diversas situações que conduzem para a manutenção do *modus operandi* violento que a academia é. Uma violência escamoteada de processo pedagógico necessário.

Há uma espécie de senso comum acadêmico, de que quando se contempla questões de masculinidade na academia, atinge-se uma espécie de ruptura de continuidade da misoginia simbólica entre seus pares. Ou seja, ao se analisar tais questões, está-se automaticamente blindado de repeti-las ou elas estão suprimidas tanto quanto é possível. Assim, supondo que, ao fazer esse apontamento crítico, o faço por estar fora dessa lógica. Para isso, a proposta deste artigo está firmada na oralidade (narrativas), pontos de vistas dos conhecimentos e das falas ouvidas e interpretações, para pensar o quanto as vivências acadêmicas são chave para manter essas tradições de fortalecimento e valorização de comportamentos no sistema, bem como seu rompimento.

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS¹⁵⁹:

RELATO 01

Manaus, manhã 17 de outubro de 2023, sala de aula, universidade pública estadual, apresentação de trabalhos em GT de evento acadêmico, um dos coordenadores abre os trabalhos e dentre outras coisas diz:

- O meu amigo, professor “Y”, disse numa conversa informal que “a antropologia serve para consertar a gente”. E esse a gente

158. Eu, atualmente de licença para concluir o curso, estava desde 2013 afastado completamente do ambiente acadêmico.

159. Nesta sessão serão observados quatro homens brancos, todos professores doutores de universidades públicas do Amazonas, nenhum nascido no estado, sendo três deles sem ligações anteriores com a região, vindo adultos por questões profissionais, dois deles por volta dos 40 anos, um acima dos 60 anos (único com ligações familiares com a cidade, embora vindo de uma família de elite de Manaus) e outro acima dos 70 anos. Todos os fatos narrados aconteceram entre o 2º semestre de 2023 e 1º semestre de 2024 em ambiente acadêmico público.

se refere a nós artistas [ambos também professores doutores da universidade].

Continua:

- Eu não gostei não. (risos). Eu fiquei meio assim...

[arruma a camisa descolada e apertada, de vários botões abertos, que passa a imagem de um doutor não enrijecido nos velhos métodos e que realça seu treino de musculação].

- Eu fiquei meio assim, né [*um pequeno suspense*]... sabe, eu não preciso ser consertado. (risos).

Isso foi dito por um corpo que se autodenomina em desuso, visto que é o alvo das críticas mais recentes. Um corpo com quase todos os signos de poder e/ou privilégios de nossa sociedade (homem, branco, cis, hétero, economicamente estável). No entanto, apega-se fervorosamente ao único elemento que o coloca como “um do povo, da massa” (sua origem - já superada - numa situação econômica instável).

Eu – que não sou um corpo em nada diferente desse – me sinto profundamente mexido com esse ocorrido. Mas atento que:

não se deve esquecer a seguinte regra: o inconsciente de uma pessoa se projeta sobre outra pessoa, isto é, aquilo que alguém não vê em si mesmo, passa a censurar no outro. Este princípio tem uma validade geral tão impressionante que seria bom se todos, **antes de criticar os outros, se sentassem e ponderassem cuidadosamente se a carapuça que querem enfiar na cabeça do outro não é aquela que se ajusta perfeitamente a eles.** (Jung, 2013, 839, grifos meus.)

Portanto, pautado por esse alerta junguiano, de que tudo o que nos irrita nos outros pode levar-nos a um entendimento de nós mesmos, sinto que temos aqui um objeto de análise urgente: a masculinidade branca cis “*desconstruída*”, que ocupa os lugares de poder na instituição de produção de saber.

Diferente do movimento historicamente consagrado pela Antropologia e Sociologia, que sempre busca o Outro, aqui o interesse me move para esse Outro que eu sou, que somos. Nós homens brancos cis. Olhar não a negritude, as mulheres cis e trans ou pessoas trans não binárias. Mas olhar o local de poder, no entanto, não para despersonalizá-lo, ao contrário, para notar como ocupamos esse espaço, de que maneira fazemos isso. Por mais que, individualmente, queiramos nos colocar como aliados, antes é preciso pensarmos a estrutura de poder que estamos inseridos e que moldam nosso corpo e - por mais desconfortável que seja admitir - nossas subjetividades. Na pouca reflexão que corpos como o meu fazem sobre o sistema de poder

e privilégio nunca se incluem, é sempre o Outro. Para os progressistas, é sempre o outro lado político. É sempre a velha guarda, não nós, a nova geração desconstruída e descolada, com nossas camisas coloridas, coques, unhas coloridas e nossos amores livres.

Obviamente, uma pessoa experiente, como o corpo em desuso citado anteriormente, pode alegar que seu comentário foi mera brincadeira, um ato jocoso para descontrair e deixar o ambiente acadêmico menos formal. Pode até mesmo dizer que sua resistência inicial serviu como alerta e que ficou mais atento a isso posteriormente. E não cabe a mim ou a essa reflexão criar um laudo do que é ou não sobre um indivíduo. A reflexão aqui é sobre a estrutura, não sobre pessoas em particular.

RELATO 02

Nessa mesma mesa onde o professor doutor fez esse gracejo, outro fez uma observação curiosa. Ele, um homem que não sei como se coloca na questão racial, mas geralmente é lido como branco e transita entre esses privilégios, igualmente com sua camisa descontraída e ar de doutor arejado, comenta sobre a performance apresentada ali

- sempre um prazer ver as apresentações da ‘X’, maravilhosa, nada a corrigir, mas no meu papel de advogado do diabo eu tenho que sempre apontar coisas e minha sugestão é que dê uma oxigenada na bibliografia, só usa homens brancos [gagueja enquanto busca nas anotações] por exemplo... er... Edward Said”.

Então ele cita como ele mesmo tem usado a bibliografia de doutores do Alto Rio Negro, cita um pesquisador que recorrentemente é citado e faz questão de frisar.

- *faça como eu*: priorize autores indígenas, recomendo o ‘W’, meu amigo pessoal, inclusive.

A fragilidade de apontar o único não branco da bibliografia da pesquisadora apenas por “ter” que dizer algo revela que, na verdade, é sempre uma plataforma para se autorreferenciar, num sutil e delicado jeito de manter mais do mesmo. É sempre a legitimação de seu poder. Por mais que não se efetive mais de maneira explícita, como os doutores de até bem pouco tempo atrás, o cerne da relação de poder está mantida. Até porque o principal não muda. O doutor do Alto Rio Negro é citado na academia não por ser uma autoridade em sua própria cosmovisão, mas porque agora ele dialoga com os signos e significantes da cultura branca. Agora ele não é “apenas” um *kumu*. Ele é um doutor indígena, referendado pelas nossas instituições. E, inclusive,

ser associado a ele dá prestígio¹⁶⁰. Não que isso invalide as relações entre essas pessoas, ou que qualifique-as como boas ou más, verdadeiras ou falsas, não é disso que se trata a análise aqui. Não está em jogo aqui o íntimo dessas relações pessoais, não está em jogo os afetos particulares. A análise é dos ganhos simbólicos através desses discursos.

Cabe destacar que quando utilizo *branco* aqui, tanto para citar um não-branco como a cultura branca, não me refiro apenas aos fenótipos ligados à melanina do tecido epitelial, mas ao conjunto de práticas, normativas, subjetividades e afins que formam a instituição da branquitude, que Cida Bento em seu livro *O Pacto da Branquitude* destaca a definição de David Roediger dizendo que “a branquitude é sinônimo de opressão e dominação e que não é identidade racial” (Roediger *Apud* Bento, 2022, p. 58-59), pois como ela destaca, “a branquitude pode gerar uma lacuna afetiva e moral” (Bento, 2022, p. 67). O que gera um limite na capacidade do indivíduo formado na branquitude, há um alcance que escapa, e a pesquisadora dá como exemplo do pacto narcísico em que nós brancos fomentamos - em especial nós homens - um dos grandes nomes consagrados pelas instituições, “Se Florestan Fernandes, tão consciente do racismo no Brasil, não conseguiu enxergar o impacto da escravidão no seu próprio grupo branco, era preciso compreender a cegueira conveniente e o silêncio cúmplice da branquitude” (Bento, 2022, p. 62-63). Portanto, por mais bem preparado, por mais bem intencionado, por mais supostamente consciente, há algo que nos atravessa, e diferente do que possa parecer, isso não justifica e nos isenta da responsabilidade, muito pelo contrário. Apontar isso ajuda a dessacralizar o lugar que o capital simbólico nos coloca.

Por isso, é importante reforçar que a branquitude é o tema analisado aqui, não exatamente os indivíduos através dos quais ela se manifesta. Indivíduos por quem tenho algum carinho e talvez, por isso mesmo, sirvam como um espelho interessantíssimo. Afinal, voltei a estudar para seguir me aprimorando como professor. Ao olhar suas práticas com uma camada de ruptura, mas que contém muitas sementes desse mundo antigo que dizem (e acreditam verdadeiramente) combater, é possível manter a reflexividade proposta por Bourdieu (1989) e ir além, trazendo elementos e contribuições de criticidade à branquitude, permitindo ter um compromisso permanente com a coerência entre discurso e prática nessa “luta pelo monopólio da violência simbólica legítima” (Bourdieu, 1989, p. 149)

Eis o meu ponto central: como contribuir para a construção desse novo mundo, se em nosso mais íntimo somos as sementes daquilo que combatemos?

160. Sugestão de leitura para um possível paralelo é o artigo “Body paint, feathers, and vcrs: aesthetics and authenticity in Amazonia activism”, de Beth Conklin, em que ela mostra como o discurso dos ecologistas se apropria dos símbolos indígenas para ganhar *status* e legitimidade.

Geralmente, na academia, esses ditos corpos em desuso não se negam a compreender que estão sob a órbita do sistema patriarcal. Mas os estudos são sempre sobre o Outro. Quando iremos nos debruçar no Outro de nós? E, conseqüentemente, não só concordar num exercício racional que essas práticas incidem sobre nós, mas efetivamente pararmos um tempo significativo e analisarmos de maneira pormenorizada nossas ações e relações cotidianas. Eu supostamente devo aprender com esses pares. Mas aprender o quê? Voltar a estudar após diversos anos é ver a inserção de muitos novos discursos, mas quase nenhuma nova prática. A violência acadêmica e a soberba científica seguem intocáveis. O departamento que se coloca como intercultural e que visa a ampliação do entendimento dos saberes reproduz diariamente práticas que contradizem suas aspirações. No entanto, nos avaliadores quantitativos da CAPES, isso é pouco ou nada relevante. O importante é o cumprimento das normativas para obtenção das pontuações.

Em menos de seis meses de curso, já vi dois doutores brancos e privilegiados de berço questionando importantes lideranças indígenas, uma local e outra nacional. O mais recente foi muito exemplificador.

RELATO 03

Em uma aula em que a autoridade pedagógica questiona fortemente o fazer científico, falando do perigo de a academia criar manuais a serem seguidos e explicar que a academia

- constrói sua autoridade em cima de uma arbitrariedade, mas que toma a si mesma com verdade e a partir disso muitas vezes comete o erro grave de “impossibilitar o Outro de se erigir como sujeito”.

Logo em seguida, volta mais uma vez a um alvo recorrente de suas críticas e diz que

- Ailton Krenak deixa de ser indígena ao se tornar Imortal da Academia de Letras. Não é representatividade, não foram os Krenak que foram empossados, foi ele. Ele deixa de ser Krenak e passa a ser um Imortal.

e segue

- se *fosse eu* recusaria...

Muito embora o tema da representatividade seja muito recente e ainda em construção – e por isso ainda complexo e às vezes controverso –, é sintomático que, num deslize de atenção, um branco diga o que faz ou não um indivíduo ser indígena. Ainda que eu nutra afeto e carinho na vida particular pelo indivíduo, essa situação salta aos olhos.

Houve ainda o caso do professor que, criticando os conservadores e querendo se distanciar deles, não conseguiu em nenhum momento acertar o pronome de uma artista trans que só foi tornar-se conhecida após sua transição, portanto sem sentido algum a “confusão” de pronomes.

RELATO 04

Final do primeiro semestre da pós-graduação, componente curricular sobre educação, apresentações individuais de livros selecionados pelos professores da matéria. Eu apresentei sobre o livro ‘A educação para além do capital’ por István Mészáros, a apresentação foi tranquila e elogiada por quase uma hora, enquanto se manteve na descrição do livro em questão. Nas considerações finais houve um momento tenso, a partir do momento em que surgiu o questionamento: de onde viria o conhecimento que iria romper com a lógica vigente e se uma instituição, como a universidade, advinda dessa lógica poderia produzir discursos que fossem efetivamente revolucionários, como o texto do livro convocava?

Então a postura do professor muda e traz para si, personaliza questões sociais, começa a defender seus privilégios. Na tentativa de relativizá-los levanta dois pontos:

1- possuía uma dívida de vinte mil reais no banco

2- era amigo pessoal de um trabalhador da cultura que presta serviços para um artista ‘brasileiro’ relativamente recente, que é sendo da comunidade LGBTQPIAN+, como poderia ele ser detentor de privilégios?

- Eu tenho um empréstimo de 20.000 no banco, eu sou como qualquer outro trabalhador.

continua...

- E eu sou amigo do fulano que trabalha para o artista Z, adoro ele, então como eu poderia ter um discurso que não seja revolucionário?

Ele segue ininterruptamente muitos minutos, como sempre contando muitos causos da sua trajetória pessoal e profissional. Ao final, peço a palavra e num tom muito cuidadoso e calmo, comento:

- professor, com muito respeito eu gostaria de reforçar que tenho admiração por sua trajetória acadêmica e político-partidária, tenho afinidade com ambas. Não quis criar nenhum embaraço pessoal.

Ele sorri, se desarma e, visivelmente, fica mais satisfeito. Então eu continuo

- mas preciso salientar um ponto da sua fala que é elucidador da minha pergunta: ‘a’ artista em questão é uma mulher trans e o senhor passou esses minutos todos se referindo a *ela* no masculino. Obviamente sei que o senhor jamais seria aqueles conservadores propositadamente verbalmente agressivos ou como aqueles criminosos da avenida paulista atacando com lâmpadas, no entanto, há uma diferença - ainda que por mero “descuido” -, entre o que o senhor acredita e o que pratica. Se *ela* fosse sua aluna e o senhor cometesse esse erro tão frequente, é possível que fizesse da universidade um lugar hostil para *ela*. Mesmo sem “intenção”, será que não é essa a realidade na universidade? Então minha dúvida é essa, se é dessas pessoas que surgirá alguma ruptura significativa.

- Optei em nem sequer mencionar que apesar dele ser da classe trabalhadora - vindo de uma tradicional família da elite local - só poderia ter uma dívida desse tamanho pelo fato de antes de tudo ter um crédito que o autorizasse no banco, visto que essas garantias um trabalhador comum não tem acesso. No entanto, esse não era o ponto, a aula não era sobre ele individualmente, então por qual motivo essa reação? Antes de dar tempo, a outra professora da componente, vendo o estado que ele ficou, temendo talvez que ele fosse deliberadamente violento, sem poder conter em palavras como até então fora, tomou a palavra e seguiu num ataque pessoal a mim, fazendo um apontamento *ad hominem*¹⁶¹.

Saliento sempre que não é, em nenhum caso, uma acusação e muito menos uma condenação; não é o desejo de relegá-los ao ostracismo, mas os quatro corpos em desuso aqui citados são pessoas com, maior ou menor, conduta pública de militância, que se posicionam contra os abusos do poder e desigualdades sociais. E é justamente nessa intersecção que se aloca meu interesse analisar¹⁶². Examinar esse complexo paradoxo e compreender onde essa “lacuna afetiva e moral” citada por Cida Bento (2022, p.67) pode gerar

161. O que não vem ao caso devido ao recorte de gênero utilizado nesse artigo.

162. Atualmente, se tem muito interesse (e com razão) por entender porque setores médios da sociedade aderiram facilmente ao neofascismo, nesse sentido é importante trabalhos sobre o ressentimento que leva ao conservadorismo, como o excelente livro de Maria Rita Kehl. Justamente, esses setores da sociedade se colocam abertamente contra esse “mundo novo” que supostamente estamos trabalhando para construir. Portanto, interessa-me mais saber o que de nós pode estar agindo contra, mesmo que sem intenção consciente. E isso porque me limitei a citar professores homens, pois a branquitude deu exemplos fortes também através de professoras. Mas, por enquanto, vamos focar nisso que o primeiro citado denominou de corpos em desuso.

uma profunda insensibilidade que leve a reprodução de violências, ainda que de forma “inconsciente”.

Essa reflexão visa pensar em que professor quero ser ao retornar à sala de aula, mas também pensar em que professor a instituição permite ser, nesse caso não só eu, porém, em especial, corpos como o meu. Discursos e aparências revolucionárias não são indicadores de coerência por estarem, às vezes, apenas na superficialidade sem transformações reais das relações humanas e, consequentemente, das relações de poder. Não se trata de dizer quem é bom ou mau, quem é mais ou menos; trata-se de pensar o quão profundo e arraigado é o sistema patriarcal e como não se pode pensar em novos mundos sem romper radicalmente com o velho. E para isso não adianta discursos oxigenados de departamentos se dizendo interdisciplinares e interculturais. O trabalho de olhar para si é doloroso. Aqui o propósito é esse. Que professor quero (consigo) ser? Podemos até ouvir sobre ler novos autores e questionar o estatuto de verdade absoluta da ciência do século XIX, mas isso é suficiente para modificar as relações no cotidiano? Então, como fazer mudanças para melhor com a ciência dos homens?

Assim, este trabalho propõe uma análise crítica das epistemologias dominantes, questionando como os corpos masculinos, socializados em estruturas de poder patriarcais, podem reforçar ou desafiar as hierarquias simbólicas na academia, ao mesmo tempo em que interroga os limites da reflexividade em um campo de saber historicamente marcado por exclusões e privilégios. Esse artigo não busca escamotear minhas próprias questões, me diferenciando e consequentemente distanciando das condutas aqui analisadas. Ele nasce da percepção das minhas próprias falhas, limites, contradições e reproduções de violência em ambiente escolar. Sou um homem socializado através da violência, que sente diversas vezes que esse é meu único talento e minha verdadeira linguagem, a ponto de sentir-me mentiroso, cada vez que evoco o poder da sensibilidade e a potência dos afetos, principalmente na educação.

A questão é, como um corpo como o meu pode ser útil na tarefa que escolheu: lecionar de maneira revolucionária? Para tal, a única possibilidade percebida é a reflexividade junto da extrema vigilância, é colocar nossos privilégios no centro da análise. Para que o desejo e o compromisso com o fazer científico possam gerar uma educação realmente de qualidade é, antes de tudo, crucial não ser capturado pelos vícios de controle das instituições. Passar por elas, atravessar os processos de formação que a ciência prevê, sem ser capturado e sem reproduzir essas violências requer um posicionamento crítico e ativo diante dos que me compõem como indivíduo político e profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. Companhia das letras, 2022.

CASTRO FARIA, Luis; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno;
DOMINGUES, Heloisa Maria

Bertol. *Antropologia: duas ciências: notas para uma história da antropologia no Brasil*. CNPq, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o estado: cursos no Collège de France (1989-1992)*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In:
BOURDIEU, Pierre. *Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro/Lisboa: DIFEL/ Bertrand. 1989. p. 17-58.

ELIA, Luciano. *A Ciência da Psicanálise: metodologia e princípios*. São Paulo. Edições 70, 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, p. 193-210, 2015.

JUNG, Carl Gustav, 1875-1961. *Civilização em transição /C.G Jung* ; tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth ; revisão técnica Jette Bonaventure. – Petrópolis, RJ ; Vozes, 2013.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. *Como ser um educador antirracista: Para familiares e professores*. Planeta, 2023.

TUFAYL, Muhammad Abd Al-Malik Ibn. *O filósofo autodidata*. Tradução [da versão francesa] de Isabel Loureiro. São Paulo: Ed. da UNESP, 2005.